



Processo nº: 7.986/10

Apenso nº: 090.000.022/10

Origem: Secretaria de Estado de Transporte

Assunto: Tomada de Contas Especial

Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento

MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS

Publicação: Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades por eventuais prejuízos decorrentes da concessão de adiantamento financeiro à empresa Viação Alvorada Ltda. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL os PARECERES são DIVERGENTES. A Instrução propõe a citação dos responsáveis. O Sr. Diretor da 3ª Divisão de Contas da Secretaria de Contas, com o endosso do Sr. Secretário, propõe a citação da empresa financiada e determinação à Procuradoria-Geral do Distrito Federal. O Ministério Público sugere, preliminarmente, determinação à Procuradoria-Geral do DF para que informe sobre uma possível ação de cobrança contra a empresa Viação Alvorada Ltda. VOTO de acordo com o douto **Parquet**.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades por eventuais prejuízos decorrentes da concessão de adiantamento financeiro à empresa Viação Alvorada Ltda., objeto de exame do Processo nº 090.000.022/10.

2. Efetuadas as apurações devidas foi constatado um prejuízo de R\$ 100.000,00 (valor original) que atualizado monta em R\$ 229.947,82.
3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 08/12 (fls. 316 do processo apenso).



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

4. A Instrução analisa as presentes contas nos termos seguintes:

“3. O Diretor da empresa Viação Alvorada Ltda. solicitou, por meio do Ct. Nº 177/PL/99 (fl. 257), o adiantamento de R\$ 100.000,00.*

4. O Diretor-Geral do DMTU, Sr. Leonardo de Faria e Silva, e o Coordenador Administrativo-Financeiro, Sr. Adalberto Queiroz de Roure, ambos à época, mediante Of. Conjunto nº 740/99-CAF-GAB/DMTU/DF (f. 188), solicitaram, em 05/10/1999, ao Gerente Geral da Agência SDS do BRB que procedesse à transferência de R\$ 100.000,00 da conta corrente da autarquia para a conta corrente da empresa Viação Alvorada Ltda.*

5. O Coordenador Administrativo e Financeiro, à época, mediante despacho s/nº (fs. 265) solicitou a glosa em 18/10/1999.*

6. A empresa Viação Alvorada Ltda. adentrou com mandado de segurança (Processo nº 1999.01.1.093659-6) buscando garantir a manutenção do valor pago adiantadamente sem futuras glosas. O Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFJT julgou (fls. 268-272) improcedente a ação por ausência de direito líquido e certo, cassando a liminar concedida, sendo publicada a decisão em 19/02/2001. Inconformada com o resultado da ação, a referida empresa apelou da decisão, fazendo o processo seguir para a 1ª Turma Cível do TJDFJT. A citada turma, em 29/10/2002 (fl. 274), julgou desprovida a Apelação Cível, cujo Acórdão somente foi publicado em 12/08/2003 (fl. 64-66). Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso (f. 282), houve o arquivamento do feito.*

7. O Diretor Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, antigo DMTU, ao tomar conhecimento desta TCE, informou, mediante Ofício nº 1010/2010-GAB/DFTRANS (f. 159), que oficiou à Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF a promover cobrança judicial do valor em comento. A PGDF autuou o Procedimento Administrativo nº 098.001.072/2011, o qual encontra-se na PROCAD/PGDF desde 13/01/2012.*

8. Não há notícia, nos autos e nos apensos, de ação de cobrança.

PRONUNCIAMENTO DA COMISSÃO TOMADORA

9. A Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial da Secretaria de Transparência e Controle, em seu Relatório de TCE nº 308/2011-DIPES/SUTCE/STC (fls. 294-298), após apurar os fatos e quantificar o prejuízo, concluiu “pela responsabilidade, de forma solidária, entre **LEONARDO DE FARIA E SILVA** (...) e*



ADALBERTO QUEIROZ DE ROURE (...) pelo prejuízo causado ao Erário do Distrito Federal no montante de R\$ 216.584,55 (...), atualizado até outubro/2011 (fls. 191), referente aos valores concedidos, **sem o devido amparo legal, à empresa Viação Alvorada Ltda., a título de adiantamento de resgate de vales-transporte, ano de 1999, período em que exerceram, respectivamente, os cargos de Diretor-Geral e Coordenador Administrativo-Financeiro do extinto Departamento Metropolitano de Transporte Urbano – DMTU, valor este que não foi restituído pela empresa concessionárias do transporte público coletivo do Distrito Federal.”**

PRONUNCIAMENTO DO CONTROLE INTERNO

10. O Controle Interno, em seu Relatório de Auditoria nº 08/2012 – DIMAT/CONIE/CONT/STC (fls. 307-315*), apresentou a seguinte análise:

“33. A responsabilização dos gestores foi fundamentada no princípio da legalidade que determina que, em qualquer atividade, a Administração Pública está estritamente vinculada à Lei. Assim, se não houver previsão legal, nada pode ser feito.

34. O Decreto nº 16.098, de 29/11/94, que disciplinava as normas de execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigente à época, estabelecia em seus arts. 59 e 60 que era vedado efetuar pagamento antecipado de despesa e que as transferências ou movimentações de recursos seriam feitas mediante emissão de Ordem Bancária-OB.

35. Nossa análise converge para a decisão da Comissão de TCE de responsabilizar, de forma solidária, os Srs. LEONARDO DE FARIA E SILVA e ADALBERTO QUEIROZ DE ROURE, pelo prejuízo causado ao erário do Distrito Federal, no valor de R\$ 216.584,55, pelos motivos expostos a seguir:

a) que a concessão do adiantamento no valor inicial de R\$ 100.000,00 à empresa Viação Alvorada foi realizado de forma irregular e sem amparo legal, tendo em vista que contrariou os art. 59 e 60 do Decreto nº 16.098/94 (...), além do art. 60 da Lei nº 4.320/64 que veda a realização de despesas sem o prévio empenho;

b) que a Administração Pública não tinha e não tem a obrigatoriedade de suprir as necessidades de caixa/capital de giro das empresas privadas de transporte coletivo (...);



c) que a empresa poderia ter levantado recursos financeiros junto às instituições financeiras para honrar seus compromissos;

d) que a concessão de adiantamento foi efetuada de forma precária, sem garantias e sem contrato que assegurasse o retorno dos capitais emprestados (...);

e) que os gestores agiram com negligência, contrariando os interesses públicos (...) em desacordo com a legislação vigente;

f) inexistência de normativos, pareceres técnicos ou jurídicos que indicasse que a operação pudesse ser realizada ou que estava de acordo com alguma legislação específica da Autarquia;

g) que as alegações do Sr. Leonardo quanto a não ocorrência de prejuízo ao erário não procedem, uma vez que os recursos estavam à disposição e guarda de Autarquia vinculada ao GDF. Portanto, houve prejuízo ao erário Distrital."

11. Diante da análise, o Controle Interno concluiu pela IRREGULARIDADE das presentes contas.

ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO

12. A Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial e o Controle Interno, para imputar o prejuízo, basearam-se apenas na concessão do adiantamento sem garantias formais que assegurassem a operação e a recuperação dos valores e na falta de amparo legal para fazê-la. Não considerando o enriquecimento sem justa causa da empresa, tampouco, a responsabilidade dos sucessores na omissão da cobrança do adiantamento. Pois, a partir da publicação do Acórdão e posterior arquivamento da ação judicial autuada sob o nº 1999.01.1.093659-6, não havia impeditivo para o DFTRANS efetuar a cobrança, seja por glosa em fatura ou ação judicial.

13. O prejuízo identificado no montante de R\$ 100.000,00, em valores de 05/10/1999, atualizado até o momento alcança o valor de R\$ 229.947,82, se entendermos que a empresa não agiu de má-fé. Entretanto, a documentação acostada ao apenso não nos permite concluir pela boa-fé, considerando que a empresa solicitou o adiantamento e, posteriormente, tentou impedir a cobrança incitando o Judiciário. Desta forma, somos por cobrar da empresa o ressarcimento do valor pago acrescido do juro moratório previsto no artigo 1º, inciso I, da Emenda Regimental nº 13/2003, pois houve a retenção indevida. Desta forma, entendemos que o valor a ser ressarcido deve ser acrescido dos juros de R\$ 347.221,20.



14. Consultando o site do DFTRANS, verificamos que a referida empresa não faz mais parte do Sistema de Transporte Público Coletivo – STPC e há notícia na internet (fl. 67) de que foi vendida. Entretanto, em consulta ao site da Receita Federal (f. 68), constatamos que a citada empresa continua com o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ativo.

15. Considerando que a multicitada empresa se beneficiou do adiantamento, somos por propor a citação da empresa Viação Alvorada Ltda. para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, apresente defesa em face do prejuízo identificado no Processo de TCE nº 090.000.022/2010 ou, querendo, recolha o valor de R\$ 229.947,82 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos), acrescido dos juros, no valor de R\$ 347.221,20 (trezentos e quarenta e sete mil duzentos e vinte e um reais e vinte centavos), totalizando R\$ 577.169,02 (quinhentos e setenta e sete mil cento e sessenta e nove reais e dois centavos) aos cofres do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, encaminhando cópia do comprovante a este Tribunal em igual prazo.

16. Diante da informação incompleta fornecida pela Comissão Tomadora (fls. 284-285*), buscamos os nomes dos titulares do antigo DMTU, o qual, com a edição do Decreto nº 23.902 de 11 de julho de 2003, foi alterado para DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal, que deveriam ter promovido ações no intuito de ressarcir os cofres da autarquia do valor apurado nesta TCE.

Nome	Cargo	Período
José Geraldo Maciel	Secretário de Estado de Transportes	01/01/2003 a 09/02/2004
Mauro Costa Mendes Cateb	Secretário de Estado de Transportes	10/02/2004 a 31/12/2006
Valdemir Evangelista de Oliveira	Subsecretário de Apoio Operacional	01/01/2005 a 31/12/2006
Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha	Diretor Geral do DFTRANS	08/01/2007 a 31/12/2008
Marcos Antônio Nunes de Oliveira	Diretor Geral do DFTRANS	01/03/2010 a 14/09/2010

17. Desta forma, somos por propor as citações dos cidadãos relacionados no parágrafo anterior para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa em face do prejuízo identificado no Processo de TCE nº 090.000.022/2010 ou, querendo, recolham o valor de R\$ 229.947,82 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos) aos cofres do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, encaminhando cópia do comprovante a este Tribunal em igual prazo.

CONCLUSÃO

18. Considerando o prejuízo verificado e os responsáveis identificados, somos pela citação destes para que apresentem



defesa ou, querendo, recolham o valor do prejuízo a eles imputado.

19. Diante da informação de possível ação judicial buscando a recomposição dos cofres da autarquia (Procedimento Administrativo nº 098.001.072/2011), somos por solicitar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que informe a situação atual do referido procedimento administrativo”

5. Concluindo, o Corpo Técnico propõe ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento da presente Tomada de Contas Especial, objeto do Processo nº 090.000.022/2010;

II. autorize a citação:

a) da empresa Viação Alvorada Ltda. para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, apresente defesa em face do prejuízo identificado no Processo de TCE nº 090.000.022/2010 ou, querendo, recolha o valor de R\$ 229.947,82 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos), acrescido dos juros, no valor de R\$ 347.221,20 (trezentos e quarenta e sete mil duzentos e vinte e um reais e vinte centavos), totalizando R\$ 577.169,02 (quinhentos e setenta e sete mil cento e sessenta e nove reais e dois centavos) aos cofres do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, encaminhando cópia do comprovante a este Tribunal em igual prazo;

b) tendo em vista a responsabilidade solidária pelo prejuízo identificado no Processo de TCE nº 090.000.022/2010, dos cidadãos citados nos parágrafos 4º (por terem concedido o adiantamento sem amparo legal) e 16 (por terem deixado de promoverem ações visando o retorno do adiantamento aos cofres da autarquia), para que apresentem defesa ou, querendo, recolham o valor de R\$ 229.947,82 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos), encaminhando o comprovante a este Tribunal em igual prazo;

III. determine à Procuradoria Geral do Distrito Federal que, em um prazo de 30 (trinta) dias, informe este Tribunal a situação atual do Procedimento Administrativo nº 098.001.072/2011;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de estilo.”

6. O Sr. Diretor da 3ª Divisão de Contas da Secretaria de Contas, com o endosso do Sr. Secretário, propõe a citação da empresa financiada e determinação à Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Pondera o Sr. Diretor que:



“A CTCE concluiu pela responsabilização solidária dos servidores que autorizaram a transferência dos recursos para a conta corrente da empresa, sem que fossem observadas as formalidades legais, e pelo ressarcimento do valor atualizado – R\$ 216.584,55 (duzentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) – tendo a Controladoria-Geral da STC concordado com esse entendimento (fls. 72/73).

O DMTU, à época, tentou reaver os recursos por meio de glosas nos pagamentos de faturas a que a Viação Alvorada teria direito. A empresa, então, conseguiu evitar os cortes nos pagamentos que lhe eram devidos, movendo ação judicial, que transitou em julgado, em agosto de 2003, em desfavor da impetrante (Apenso, fls. 266/272 e 275/281).

A instrução propõe que a empresa recebedora dos recursos e dirigentes da Secretaria de Estado de Transporte e do DFTRANS, no período de 12/08/2003 a 19/04/2010, que não adotaram providências para reaver aquele valor, após o arquivamento do processo judicial que impedia as glosas, sejam também incluídos no rol de responsáveis, de forma solidária. Sugeriu também, com suporte no art. 1º, I, da Emenda Regimental nº 13/03, que o valor a ser ressarcido pela empresa fosse acrescido de juros de mora, no montante de R\$ 347.221,20 (trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e vinte e um reais e vinte centavos), totalizando R\$ 577.169,02 (quinhentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e nove reais e dois centavos) (fls. 73/75, §§ 12 a 17).

Este Tribunal, em situações semelhantes, tem decidido pela audiência dos servidores responsáveis pelas autorizações de pagamento e do terceiro beneficiado. Então, correta a inclusão da Viação Alvorada Ltda. no rol de responsáveis.

De outro lado, penso que a cobrança de juros de mora não esteja devidamente motivada e que os demais dirigentes, indicados no quadro de fl. 75, não deveriam ser responsabilizados pelo dano identificado.

No caso dos juros, o art. 1º, I, da Emenda Regimental nº 13/03 estabelece que:

Art. 1º Os débitos fixados pelo Tribunal de Contas serão atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, na forma estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, incidindo juros de mora sobre o valor reajustado, à taxa de um por cento ao mês, até a data de sua quitação, observados os seguintes critérios:

I – quando se tratar de retenção ou desvio de valores, a atualização monetária e os juros de mora serão aplicados a partir do dia seguinte àquele em que deveriam ter sido



recolhidos;

Na situação em tela, a empresa comunicou que havia sofrido assalto em sua sede e que os bandidos haviam levado alguns malotes de vales-transportes, mas que esses vales roubados já haviam sido inutilizados. E solicitou o referido adiantamento, com base nos Boletins de Transporte Coletivo – BTC (Apenso, fls. 256/257).

O fato da Viação Alvorada ter buscado a justiça para garantir o direito de não devolver a quantia adiantada, por entender que os vales não teriam sido reutilizados e que, em função disso, não haveria prejuízo para o sistema, não significa que teria agido de má-fé, ou que seria o caso de retenção (Apenso, fls. 258 e 266/268).

Assim, s.m.j, não concordo com o acréscimo de juros de mora, na forma proposta pela instrução.

Quanto aos dirigentes indicados no quadro de fl. 75, acredito que não lhes caberia responsabilidade pelo dano apurado. A uma, tendo em conta que o fato ocorreu em 1999 no então DMTU, atual DFTRANS, autarquia com autonomia administrativa e financeira, e que não seria o caso de chamar os Secretários de Transporte, mesmo reconhecendo que, no período de 11/07/03 até 24/01/07, o DFTRANS teve a sua competência delegada à Secretária de Transportes, por conta de sua reestruturação. A duas, por entender que não caberia responsabilizar todos os gestores seguintes, por um dano ocorrido em gestão anterior, salvo em razão de deliberação expressa da Corte.

Creio até que poderiam ser intimados por descumprimento de norma legal (art. 57, II, da LC nº 01/94), por terem deixado de instaurar o devido procedimento administrativo¹, a partir do conhecimento do fato.

Todavia, o art. 1º da Lei Federal nº 9.873/99 estabelece que a ação punitiva da Administração, quanto à apuração de infração à legislação, prescreve em cinco anos, contados da data da prática do ato. Vejamos:

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Nesse passo, não surtiria efeito prático o chamamento de todos os possíveis responsáveis, tendo em vista que o fato ocorreu em

¹ o primeiro procedimento autuado para tratar da matéria foi o Processo nº 098.008.325/08, acompanhado neste Tribunal no Processo nº 35.084/08, mas que acabou cuidando apenas do adiantamento concedido à Viação Planeta Ltda., no valor de R\$ 200.000,00.



1999 e a instauração desta TCE, em 2010. Também, a meu ver, seria contraproducente, em relação ao resultado esperado para este feito, que é o ressarcimento do valor desviado.

Desse modo, deveriam ser citados apenas os Srs. Leonardo de Faria e Silva e Adalberto Queiroz de Roure e a empresa Viação Alvorada Ltda. para responderem, de forma solidária, pelo débito de R\$ 229.947,82 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos) (valores atualizados em junho de 2012).

Consta dos autos, ainda, a informação de que foi encaminhado à Procuradoria Geral do Distrito Federal procedimento administrativo solicitando providências relativas à cobrança judicial do valor em questão (Apenso, fl. 160). Cabendo diligência àquele órgão, para esclarecimentos."

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. O Ministério Público, por meio do Parecer nº 1330/12 da lavra da Dr^a. MÁRCIA FARIAS (fls. 84/91), aquiesce em parte a sugestão do Corpo Técnico. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

"14. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer, que destaca o procedimento de utilização e pagamento dos vales-transportes, descrito pelo i. Procurador João Alberto Ramos, na lide referida nos autos (fls. 278/9):

*"6. Como consta das informações da autoridade impetrada, os vales-transporte são adquiridos pelos empregadores junto ao Banco de Brasília, repassando os vales aos seus empregados que, por sua vez, os utilizam no sistema de transporte do Distrito Federal. Por sua vez, **as empresas de transporte que recebem os vales são ressarcidas, ou pagas, pelo DMTU, mediante a apresentação dos vales recebidos.** Outrossim, **o vale-transporte é, de fato, um documento ao portador, e hoje muito utilizado até mesmo para compras pequenas junto ao comércio na periferia de Brasília.***

*"7. **A inutilização de vales-transporte, alegada pelos impetrantes, não restou demonstrada de plano, nos presentes autos. Pelo contrário, constata-se das correspondências de fls. 68/72 que seria preciso um levantamento para se chegar a identificação dos vales subtraídos.** A correspondência de fl. 68 é significativa, porquanto uma das impetrantes reconhece, taxativamente, que seria preciso uma verificação específica para se*



certificar o destino dos vales subtraídos. No mesmo documento temos a confirmação de que o DMTU fez um adiantamento às impetrantes, a título emergencial. Ora se as impetrantes receberam o adiantamento referido pelo DMTU, estão obrigadas ao ressarcimento. Em suma, não há, no presente caso, direito líquido e certo a amparar a pretensão das impetrantes.”

15. Como documento ao portador, equivalente a dinheiro em espécie, torna óbvio que o risco econômico-financeiro é de quem detém a posse e a guarda, ou seja, no caso concreto, da Empresa, já que o roubo ocorreu em suas instalações. A inutilização dos vales somente se processaria no DMTU, após a entrega. A falta de cautela e prudência para a proteção do patrimônio da Empresa não pode recair sobre a Administração Pública. Ademais, o sinistro pode ter sido coberto pelo seguro da própria Empresa.

16. Nesse sentido, a Ação Judicial movida pela Viação Alvorada configura litigância de má-fé, apenas para evitar e/ou retardar a devolução do valor recebido indevidamente. E nesse fim, obteve total sucesso.

17. Pertinente ainda a aplicação de penalidades, não sugeridas sob a alegação da prescrição da pretensão punitiva feita pelo d. Diretor. Não obstante, sobre o tema, o Parquet já se manifestou no Parecer n.º 623/12-MF – Processo n.º 487/00, afastando tal alegação, nos seguintes termos:

“18. O tema foi objeto de estudo no âmbito do Processo n.º 2871/98. No entanto, a c. Corte, expressamente, não firmou entendimento, sendo o mesmo apensado ao Processo n.º 4163/94, referente ao anteprojeto do regimento interno do Tribunal.

“19. Ademais, o Tribunal não tem abrigado solicitações quanto à prescrição da pretensão punitiva, consoante Decisões n.ºs 1834/08, 1835/08, 2363/11, entre outras. O fundamento está explicitado no Parecer n.º 1485/07-CF, da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, cujo excerto de interesse transcrevo a seguir:

‘7. Preliminarmente, devo delimitar que o objeto da discussão é a prescrição da pretensão punitiva do TCDF, que não se confunde com a imprescritibilidade do ressarcimento ao erário.

‘8. Existe posicionamento firmado pelo TCDF no Processo n.º 497/02, cujo objeto era estudo sobre a aplicação da Lei-DF n.º 2834/01, que recepcionou a Lei Federal n.º 9784/99, reguladora do processo administrativo no âmbito da Administração Federal, no sentido de “considerar inaplicável o artigo 54 da Lei



Federal nº 9.784/99, recepcionada no Distrito Federal pela de nº 2.834/01, para obstar o exercício do controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Distrito Federal em razão dos argumentos espostos pelo Relator, especialmente pelo constante nos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal e nos artigos 77 e 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

‘9. O entendimento transcrito no parágrafo precedente foi firmado em processo autuado para discutir especificamente o assunto. O fundamento da tese defendida pelo AFCE é estudo realizado em processo ainda sem deliberação. Ademais, a TCE não é um Processo Administrativo Disciplinar.

‘10. A jurisprudência do STF é pela abertura do contraditório e ampla defesa após o lapso temporal de 5 anos e não pela impossibilidade do poder de punição das Cortes de Contas. Como a seguir transcrito:

MS 26353/DF

Este mandado de segurança está dirigido contra ato do Tribunal de Contas da União que implicou a anulação de movimentações funcionais considerado o instituto da ascensão

(...)

Levando em conta a vigência da Lei nº 9.784 a partir de 1º de fevereiro de 1999, passaram-se mais de cinco anos até a revisão dos atos administrativos.

Vale frisar, por oportuno, a natureza linear da referida lei, alcançando, inclusive, a atuação do Tribunal de Contas da União em casos como o retratado neste processo. O precedente citado nas informações - Mandado de Segurança nº 24.859-9/DF, relatado pelo ministro Carlos Velloso – concerne a ato complexo, ou seja, de concessão de aposentadoria ou pensão, quando, então, não cabe cogitar, antes do aperfeiçoamento, do prazo do quinquênio legal para a alteração do ato praticado (folha 281).

*Além disso, há matéria da maior importância - desrespeito ao devido processo legal. Os impetrantes foram beneficiados por atos administrativos da tomadora dos serviços que, de início, completaram-se uma vez formalizados. **Logo, o afastamento desses atos pelo Tribunal de Contas somente poderia ocorrer viabilizado o contraditório, viabilizada a manifestação dos beneficiários, o que não se***



verificou na espécie.

Defiro a liminar para suspender, até o julgamento final deste mandado de segurança - já que o Pleno está com resíduo substancial de processos aguardando pregão -, a eficácia do que decidido pelo Tribunal de Contas da União mediante os citados acórdãos

MS 24448

4. O prazo de cinco anos é de ser aplicado aos processos de contas que tenham por objeto o exame de legalidade dos atos concessivos de aposentadorias, reformas e pensões. Transcorrido in albis o interregno quinquenal, é de se convocar os particulares para participar do processo de seu interesse, a fim de desfrutar das garantias do contraditório e da ampla defesa (inciso LV do art. 5º).

MS 25409

(...)

MS 25880

(...)

MS 25072

(...)

MS 25440

(...)

MS 25256

(...)

(...)

'13. Em pesquisa realizada na jurisprudência do STF, não foi possível localizar uma única decisão que ampare o entendimento pela existência da prescrição quinquenal da pretensão punitiva das Cortes de Contas, nem mesmo que obtempere o posicionamento pela inaplicabilidade do art. 54 da Lei nº 9784/99 às atividades de Controle Externo. Muito pelo contrário. Os julgados afastam a aplicação do referido artigo textualmente, só para citar alguns, além dos já elencados no parágrafo 10 desta peça:

MS 24997 / DF - DISTRITO FEDERAL MANDADO DE SEGURANÇA



Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 02/02/2005

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Parte(s)

IMPTE.(S): SEBASTIÃO FERREIRA LÔBO

ADVDO.(A/S): RENATO BORGES REZENDE

IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

LIT.PAS.(A/S): COORDENADOR-GERAL DE
RECURSOS HUMANOS DA AGÊNCIA BRASILEIRA
DE INTELIGÊNCIA

Ementa

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA ABIN. EXECUTOR DE ATO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PROSSEGUIMENTO DO FEITO QUANTO AO PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA DO TCU. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. INOCORRÊNCIA. CUMULAÇÃO DE PROVENTOS DA RESERVA MILITAR COM OS DE APOSENTADORIA EM CARGO CIVIL ANTES DA EC 20/98. POSSIBILIDADE. ART. 11 DA EC 20/98. 1. O Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União é parte legítima para figurar no pólo passivo de mandado de segurança quando o ato impugnado reveste-se de caráter impositivo. Precedente [MS nº 24.001, Relator MAURÍCIO CORREA, DJ 20.05.2002]. 2. Prejudicada a impetração quanto ao Coordenador Geral de Recursos Humanos da ABIN, mero executor do ato administrativo do Tribunal de Contas da União. 3. **O ato de aposentadoria configura ato administrativo complexo, aperfeiçoando-se somente com o registro perante o Tribunal de Contas. Submetido a condição resolutiva, não se operam os efeitos da decadência antes da vontade final da Administração.** 4. O art. 93, § 9º, da Constituição do Brasil de 1967, na redação da EC 1/69, bem como a Constituição de 1988, antes da EC 20/98, não obstavam o retorno do militar reformado ao serviço público e a posterior aposentadoria no cargo civil, acumulando os respectivos proventos. Precedente [MS nº 24.742, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO,



Informativo nº 360]. 5. Reformado o militar sob a Constituição de 1967 e aposentado como servidor civil na vigência da Constituição de 1988, antes da edição da EC 20/98, não há falar-se em acumulação de proventos do art. 40 da CB/88, vedada pelo art. 11 da EC nº 20/98, mas a percepção de provento civil [art. 40 CB/88] cumulado com provento militar [art. 42 CB/88], situação não abarcada pela proibição da emenda. 6. Segurança concedida.

MS 24859 / DF - DISTRITO FEDERAL

(...)

‘14. Na prática, aceitar a prescrição quinquenal, a partir da autuação do processo no órgão jurisdicionado, é deixar de aplicar punição na quase totalidade dos processos de TCE existentes, pois o Ministério Público tem chamado a atenção para a excessiva morosidade das apurações.’ ”

18. No entanto, ao ver do Parquet, preliminarmente ao mérito, deve a unidade técnica aferir se já houve a recuperação do prejuízo, mediante Processo Administrativo n.º 098.001.072/2001, em razão da possível repercussão sobre as citações sugeridas.

19. Em face do exposto, em harmonia parcial com as conclusões do órgão instrutivo, o Ministério Público é de parecer por que o e. Plenário, preliminarmente ao mérito, determine à Procuradoria Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe este Tribunal sobre possível ação de cobrança contra a empresa Viação Alvorada Ltda., visando à recuperação do valor original de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), repassados a título de adiantamento, no ano de 1999, matéria tratada no Procedimento Administrativo nº 098.001.072/2011.”

É o Relatório.



VOTO

De acordo com o Ministério Público, VOTO no sentido de que o Tribunal, preliminarmente ao mérito, determine à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe sobre possível ação de cobrança contra a empresa Viação Alvorada Ltda., visando à recuperação do valor original de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) repassados a título de adiantamento, no ano de 1999, matéria tratada no Procedimento Administrativo nº 098.001.072/2011, remetendo-lhe, desde logo, cópia deste Relatório/Voto com vistas à melhor compreensão da matéria.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro, em Substituição (CDL)
Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).